

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
**Estado do Espírito Santo**

**LEI Nº 620/2000**

**“FIXA SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA A GESTÃO DE 2001 A 2004 E 9ª LEGISLATURA”.**

**A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que os Vereadores aprovaram e a Mesa Diretora promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º - Nos termos dos Incisos V e VI do Art. 29 da Constituição Federal, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e dos Secretários Municipais do Município de Itarana ficam assim estabelecidos:**

**I - O subsídio do Prefeito do Município de Itarana/ES fica fixado em R\$ 4.500,00 (Quatro mil, quinhentos reais ) mensais.**

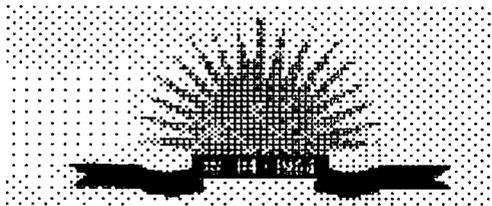
**II - Fica fixado em R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) mensais o subsídio do Vice-Prefeito do Município de Itarana.**

**III - Os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Itarana ficam fixados em R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais.**

**IV - O subsídio do Presidente da Câmara Municipal de Itarana, fica fixado em R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais.**

**V - Fica fixado em R\$ 1.200,00(hum mil e duzentos reais) mensais os subsídios dos Secretários Municipais.**

**Art. . 2º - Na Sessão Legislativa Extraordinária a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para o qual foi**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**

**Estado do Espírito Santo**

convocada, ficando o valor da parcela indenizatória limitado a R\$ 150,00(cento e cinquenta reais) por Sessão, tendo os Vereadores o direito do subsídio somente no período de recesso.

**Art. 3º - Os subsídios mensais dos Vereadores fixados nos Incisos III e IV do Art.1º não poderão ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais e o total das despesas com estes subsídios não poderá ultrapassar o montante de 5%(cinco por cento) da receita orçamentária arrecadada pelo Município(Art. 29, Incisos VI,VII da Constituição Federal).**

**§ 1º - Considera-se receita orçamentária arrecadada para efeito deste artigo o somatório de todos os ingressos financeiros nos cofres do Município, exceto:**

**I - Receitas de Contribuições dos Servidores destinados à Constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de Previdência e Assistência Social mantidos pelo Município e destinados a seus Servidores;**

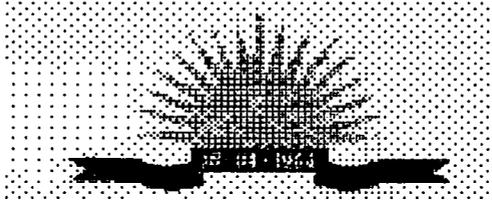
**II - receitas de operações de créditos;**

**III - receitas de alienações de bens móveis e imóveis;**

**IV - transferências oriundas da União ou do Estado através de Convênios ou não, para realização de obras ou manutenção dos serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.**

**V - transferências da Prefeitura para o FUNDEF(Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), referente ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).**

**§ 2º - Os subsídios estabelecidos por esta Lei estarão sujeitos à tributação prevista na legislação em vigor.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
**Estado do Espírito Santo**

**§ 3º** - Os subsídios de que trata o Art. 1º desta Lei e seus Incisos poderão ser alterados por Lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. (Conforme Art. 37, Inciso X da Constituição Federal).

**Art. 4º** - Os subsídios definidos no Art. 1º e Incisos III e IV desta Lei implicarão na participação do Vereador a todas as Sessões Ordinárias dentro do mês.

**§ 1º** - A falta imotivada do Vereador, sem justificativa regimental e não aprovada pelo Plenário, será obrigatória a dedução de R\$ 200,00 (duzentos reais) por falta no subsídio, sob pena de responsabilidade do Ordenador de Despesas.

**§ 2º** - Fará jus à percepção total do subsídio estipulado nos Incisos III e IV do Art. 1º o Vereador que participar de todas as Sessões Ordinárias do respectivo mês, salvo justificativa de ausência mediante comprovação e aprovação pelo Plenário.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2001, sendo revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

**Câmara Municipal de Itarana/ES, em 30 de junho de 2000.**

*Galazi*  
**LEONILA FIORÓTTI GALAZI**  
Presidenta da CMI/ES

*Belmiro Brandemburg*  
**BELMIRO BRANDEMBURG**  
Vice-Presidente

*David Loriato*  
**DAVID LORIATO**  
Secretário